

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262NQ-040-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.
Ceará-Mirim – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Anemoi S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Anemoi S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 21 de março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

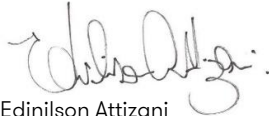
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.450	9.852
Contas a receber de clientes	5	2.555	2.846
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	279
Despesas pagas antecipadamente		45	46
Total do ativo circulante		12.050	13.023
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	1.857
Contas a receber de clientes	5	-	1.040
Partes relacionadas	11	2.269	3.594
		2.269	6.491
Imobilizado	7	72.324	78.332
Intangível	8	197	297
Ativo de direito de uso	12	3.770	4.045
		76.291	82.674
Total do ativo não circulante		78.560	89.165
Total do ativo		90.610	102.188

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	2.618	440
Empréstimos e financiamentos	10	-	3.968
Impostos e contribuições a recolher	-	195	135
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	441	496
Dividendos a pagar	14 (d)	5.342	1.891
Partes relacionadas	11	4.175	-
Licenças ambientais de instalação e operação	-	111	104
Arrendamentos	12	489	413
Total do passivo circulante		13.371	7.447
Passivo não circulante			
Fornecedores	9	-	860
Empréstimos e financiamentos	10	-	23.267
Arrendamentos	12	3.942	3.805
Licenças ambientais de instalação e operação	-	91	140
Provisão para desmantelamento	13	463	445
Total do passivo não circulante		4.496	28.517
Patrimônio líquido	14		
Capital social		64.382	58.951
Reservas de lucros		8.361	7.273
Total do patrimônio líquido		72.743	66.224
Total do passivo e do patrimônio líquido		90.610	102.188

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	15	41.584	33.865
Custos dos serviços		(33.966)	(22.062)
Custos de operação	16	(4.447)	(5.631)
Depreciação do imobilizado	7	(6.072)	(6.068)
Depreciação do ativo de direito de uso	12	(193)	(193)
Amortização do intangível	8	(100)	(94)
Compra de energia elétrica	17	(21.331)	(8.138)
Encargos de uso da rede elétrica	18	(1.823)	(1.938)
Lucro bruto		7.618	11.803
Receitas (despesas) operacionais		3.789	(786)
Serviços de terceiros	-	(215)	(598)
Despesas administrativas	-	(129)	(175)
Despesas com viagem	-	(2)	-
Impostos e taxas	-	-	(12)
Ganho de indenização em discussão arbitral	21	4.175	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(40)	(1)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		11.407	11.017
Resultado financeiro	19	(812)	(1.216)
Receitas financeiras		1.085	2.253
Despesas financeiras		(1.897)	(3.469)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.595	9.801
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	20	(1.728)	(1.840)
Lucro líquido do exercício		8.867	7.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	8.867	7.961
Total dos resultados abrangentes do exercício	8.867	7.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2023		64.572	1.202	6.656	-	72.430
Redução de capital	14 (a)	(5.621)	-	-	-	(5.621)
Dividendos adicionais propostos	14 (d)	-	-	(6.655)	-	(6.655)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.961	7.961
Destinação do resultado	14 (b)					
Constituição de reserva legal - 5%		-	398	-	(398)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.891)	(1.891)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	5.672	(5.672)	-
Em 31 de dezembro de 2024		58.951	1.600	5.673	-	66.224
Aumento de capital	14 (a)	19.102	-	-	-	19.102
Redução de capital	14 (a)	(13.671)	-	-	-	(13.671)
Dividendos adicionais propostos	14 (c)	-	-	(5.673)	-	(5.673)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.867	8.867
Destinação do resultado	14 (b)					
Constituição de reserva legal - 5%		-	443	-	(443)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.106)	(2.106)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	6.318	(6.318)	-
Em 31 de dezembro de 2025		64.382	2.043	6.318	-	72.743

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.595	9.801
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação do imobilizado	7	6.072	6.068
Depreciação do ativo de direito de uso	12	193	193
Amortização do intangível	8	100	94
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10 e 19	628	2.355
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	10 e 19	18	53
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	10 e 19	154	243
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	13 e 19	212	224
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	19	6	-
Ajuste a valor presente - Provisão para desmantelamento	13 e 19	(194)	(131)
Ajuste a valor presente - Passivo de arrendamentos	12 e 19	798	452
Ajuste a valor presente - Passivo de licença ambiental de operação	19	19	28
		18.601	19.380
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	-	1.331	(1.669)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(246)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	2
Estoque de peças para manutenção da usina	-	-	1
Partes relacionadas	-	(816)	3
Despesas pagas antecipadamente	-	1	2
		270	(1.661)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	-	1.318	84
Impostos e contribuições a recolher	-	60	(426)
Partes relacionadas	-	-	(1)
		1.378	(343)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		20.249	17.376
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	10	(719)	(2.372)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.537)	(1.355)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		17.993	13.649
Atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	2.136	57
Aquisição de ativo imobilizado	7	(64)	(151)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado em) atividades de investimento		2.072	(94)

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamentos	12	(503)	(472)
Pagamento de passivo de licença ambiental de operação	-	(67)	(81)
Aumento de capital	14 (a)	19.102	-
Redução de capital	11 (a)	(7.000)	-
Dividendos pagos	14 (d)	(4.328)	(15.690)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(27.671)	(3.911)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(20.467)	(20.154)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		(402)	(6.599)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	9.852	16.451
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	9.450	9.852
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(402)	(6.599)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Anemoi S.A. (“CGE Anemoi” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 29 de novembro de 2010 e possui sede na Fazenda Miragem S/N localizada na cidade de Ceará-Mirim, distrito de Minamora, Estado do Rio Grande do Norte.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica (“EOL”) CGE Anemoi.

a) Estrutura societária

O Grupo ao qual a Companhia é integrante (“Grupo Ibitu”) passou por uma reestruturação societária com o objetivo de racionalizar e simplificar sua estrutura, gerando benefícios administrativos, operacionais, econômicos e financeiros.

Por força desta reestruturação societária, a Companhia, que antes era controlada por Brise Energias Renováveis S.A. (“Brise”), passou a ser controlada, em 30 de junho de 2025, pela Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Ibitu Renováveis”), por meio de uma cisão parcial da Brise.

Em ato subsequente, ainda em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida, com a transferência de parte de seus investimentos – incluindo a participação na Companhia – para a Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi”), que passou a ser sua controladora imediata.

Após a conclusão da reestruturação societária, a Companhia passou a ser diretamente controlada pela Tupi, que, por sua vez, é controlada pela holding Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”), controlada pelo Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

b) Operação comercial

Em 04 de março de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) emitiu o despacho nº 582 autorizando a Companhia iniciar suas operações em teste. Em 29 de maio de 2015, por meio do despacho nº 1.750 emitido, a ANEEL autorizou a Companhia, para o início da operação comercial a partir do dia 30 de maio de 2015.

c) Autorização

A Companhia detém, junto à ANEEL (Resolução Autorizativa nº 3.493 de 08 de maio de 2012), alterada pela Resolução Autorizativa nº 13.079/2023, a seguinte autorização e registro para geração de energia:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia assegurada MW médios	Início	Término
CGE Anemoi	Rio Grande do Norte	Ceará-Mirim	29,7	12	30/05/2015	30/05/2045

d) Contrato de energia incentivada

A Companhia possui toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 2015, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para a Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

De acordo com o contrato, a Companhia está obrigada a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contrato de compra que vier a ser celebrado com terceiros.

Durante o ano de 2025 e de 2024, a Companhia adquiriu energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo, para suprir parte do contrato (Nota Explicativa nº 11).

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.321 (R\$ 5.576 positivo em 31 de dezembro de 2024), a variação em relação ao exercício anterior decorre, primordialmente, do aumento na rubrica “Partes relacionadas” e “Dividendos a pagar”, no passivo circulante.

Ao final do exercício de 2025, a Companhia registrou diminuição do lucro bruto de R\$ 11.803 em 2024 para R\$ 7.618 em 2025, decorrente principalmente do impacto do *curtailment/constrained-off* (cortes involuntários de geração), conforme detalhado na Nota Explicativa no 15. Apesar disso, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$ 8.867 (R\$ 7.961 em 31 de dezembro de 2024) e fluxo de caixa operacional líquido positivo de R\$ 7.437 (ante R\$ 7.083 em 31 de dezembro de 2024).

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes; portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade instalada de produção de energia, dados contratuais, projeções, seguros e informações ambientais, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de março de 2026.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Adicionalmente, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, inclusive com apoio de assessores jurídicos, para determinar os valores adequados para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados pelo menos anualmente, e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Os julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras referem-se aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 7);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 8);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 12);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.7);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais;
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 13); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 21).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros (“teste SPP”). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e saldos com partes relacionadas.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados, para mensuração subsequente, ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e saldos com partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

d) Desreconhecimento

Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. A amortização é reconhecida como despesa financeira.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge nos exercícios de 2025 e 2024.

3.3. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o ativo imobilizado.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares urbanas e rurais, constituídos mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

b) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.7. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e contingências. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento do parque eólico considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(b) Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% (IR) e 9% (CSLL).

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

3.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.7).

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.14. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

3.15. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	1º de janeiro de 2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	1º de janeiro de 2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	1º de janeiro de 2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	11	15
Aplicações financeiras (*)	9.439	9.837
Total	9.450	9.852

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDBs de renda fixa, em instituições de primeira linha, remunerados à taxa média de 100% e 100,31% da variação do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias, excetuando-se as transações com partes relacionadas, que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Nos saldos de contas a receber, incluem-se valores de transações com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11), relativos à venda de energia, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda., conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	2.555	2.846
Ativo não circulante		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 11)	-	1.040
Total	2.555	3.886

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que a Companhia atua, as garantias e mecanismos de proteção disponíveis, o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

Em 09 de outubro de 2024, foram repassados R\$ 5.621 de contas a receber com a Ibitu Comercializadora para a controladora Brise, em compensação à redução de capital social (Nota Explicativa nº 14).

6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

	2025	2024
Ativo circulante		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	279
Ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	1.857
Total	-	2.136

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de cauções e depósitos vinculados.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 2.136 referia-se a aplicações financeiras de renda fixa vinculadas como garantia ao financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 19.102, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor de R\$ 26.304. Com essa operação, o financiamento foi liquidado e o caixa restrito foi integralmente liberado.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual%	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,34%	1.478	(523)	955	1.478	(474)	1.004
Máquinas e equipamentos	4,47%	134.641	(63.545)	71.096	134.642	(57.524)	77.118
Móveis e utensílios	-	11	(7)	4	11	(7)	4
Provisão para desmantelamento	0,40%	200	(185)	15	200	(184)	16
Total em serviço		136.330	(64.260)	72.070	136.331	(58.189)	78.142
Em curso							
Máquinas e equipamentos	-	64	-	64	-	-	-
Material em depósito	-	190	-	190	190	-	190
Total em curso	-	254	-	254	190	-	190
Total	-	136.584	(64.260)	72.324	136.521	(58.189)	78.332

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Em 31/12/2025
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	(49)	955
Máquinas e equipamentos	77.118	-	(6.022)	71.096
Móveis e utensílios	4	-	-	4
Provisão para desmantelamento	16	-	(1)	15
Total em serviço	78.142	-	(6.072)	72.070
Em curso				
Máquinas e equipamentos	-	64	-	64
Material em depósito	190	-	-	190
Total em curso	190	64	-	254
Total	78.332	64	(6.072)	72.324

Em 2024	Em 31/12/2023	Adições	Reclassificação para o intangível	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2024
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.054	-	-	-	(50)	1.004
Máquinas e equipamentos	82.968	-	-	166	(6.016)	77.118
Móveis e utensílios	5	-	-	-	(1)	4
Provisão para desmantelamento	17	-	-	-	(1)	16
Total em serviço	84.044	-	-	166	(6.068)	78.142
Em curso						
Máquinas e equipamentos	262	151	(57)	(356)	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	-	-	-	190	-	190
Compras em andamento	-	-	-	-	-	-
Total em curso	262	151	(57)	(166)	-	190
Total	84.306	151	(57)	-	(6.068)	78.332

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

	Taxa média de amortização anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Servidão de passagem (a)	3,96%	44	(10)	34	44	(9)	35
Licença ambiental de operação (b)	29,27%	296	(174)	122	297	(87)	210
Software	20,00%	57	(16)	41	57	(5)	52
Total		397	(200)	197	398	(101)	297

A movimentação do intangível é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Amortização	Em 31/12/2025
Servidão de passagem (a)	35	(1)	34
Licença ambiental de operação (b)	210	(88)	122
Software	52	(11)	41
Total	297	(100)	197

Em 2024	Constituição de				Em 31/12/2024
	Em 31/12/2023	Em ativo de licença ambiental	Reclassificação do imobilizado	Amortização	
Servidão de passagem (a)	37	-	-	(2)	35
Licença ambiental de operação (b)	-	297	-	(87)	210
Software	-	-	57	(5)	52
Total	37	297	57	(94)	297

a) Servidão de passagem

Refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta o parque gerador ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

b) Licença ambiental de operação

A legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas para que seja possível gerar energia elétrica comercialmente. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência da licença, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência da licença. A licença ambiental da Companhia foi emitida em 07 de junho de 2021 e é válida até 07 de junho de 2027.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 3 meses, com exceção de partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	2025	2024
Passivo circulante		
Fornecedores diversos	911	440
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 11)	1.707	-
	2.618	440
Passivo não circulante		
Fornecedores diversos	-	860
	-	860
Total de fornecedores	2.618	1.300

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

10. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referia-se ao financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A composição dos saldos era a seguinte:

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	-	-	-	4.021	23.586	27.607
(-) Custo de captação	-	-	-	(53)	(319)	(372)
Total	-	-	-	3.968	23.267	27.235

A Companhia firmou, em novembro de 2015, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 66.486. Os encargos financeiros eram compostos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de spread predeterminado.

O contrato previa 192 prestações mensais, com vencimento da primeira em 15 de janeiro de 2016 e da última em 15 de dezembro de 2031. Os recursos foram utilizados para quitação de empréstimo-ponte anteriormente contratado com o próprio BNDES.

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 19.102, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor total de R\$ 26.304 (principal e encargos). Com essa operação, o financiamento foi liquidado antecipadamente, e todas as garantias associadas foram liberadas.

a) Garantias e covenants do BNDES (até a data da quitação)

Até 16 de abril de 2025, as principais garantias oferecidas ao BNDES eram:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e de quaisquer ações futuras subscritas até a liquidação integral;
- Penhor de máquinas e equipamentos do parque eólico;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia;
- Cessão fiduciária dos créditos depositados em contas vinculadas (caixa restrito).

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O contrato previa vencimento antecipado em casos como descumprimento de obrigações, alteração de controle sem anuência do BNDES, insuficiência ou execução de garantias por terceiros, falência, não renovação de autorizações regulatórias, entre outros.

Todas as cláusulas restritivas (“covenants”) foram devidamente cumpridas até a quitação do financiamento.

A mutação no exercício ocorreu da seguinte forma:

	Notas	2025	2024
Saldo no início do exercício		27.235	30.867
Transferência do custo de transação	-	355	-
Juros sobre financiamentos	19	628	2.355
Atualização financeira - TJLP	19	154	243
Pagamento de principal	-	(27.671)	(3.911)
Juros pagos	-	(719)	(2.372)
Apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	19	18	53
Saldo no final do exercício		-	27.235

11. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são como demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ibitu Energia S.A.	110	-
Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Compartilhamento de despesas - saldo a compensar (A)	110	-
Brise Energias Renováveis S.A.	-	1.435
Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Mútuo a receber (B)	-	1.435
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	2.159	2.159
Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Venda de imobilizado (C)	2.159	2.159
Total partes relacionadas - Ativo não circulante (A+B+C)	2.269	3.594
Tupi Energias Renováveis S.A.	4.175	-
Total partes relacionadas - Passivo circulante - Redução de capital a pagar (a)	4.175	-
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 5)	-	1.040
Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Clientes	-	1.040
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 9)	1.707	-
Total partes relacionadas - Passivo circulante - Fornecedores	1.707	-

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações no resultado do ano	Notas	2025	2024
Receita de venda de energia (A)			
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	15	9.968	3.454
Total		9.968	3.454
Custo com compra de energia (B)			
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	17	(17.681)	(8.138)
Total		(17.681)	(8.138)
Contrato de compartilhamento de despesas (C)			
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	(564)	(218)
Ibitu Energia S.A.	-	(1.715)	(3.054)
Total partes relacionadas - Contrato de compartilhamento de despesas		(2.279)	(3.272)
Custo com pessoal	16	(1.951)	(2.734)
Despesa serviços de terceiros	-	(183)	(368)
Despesas com arrendamento	-	(39)	-
Despesas administrativas	-	(106)	(170)
Total partes relacionadas - Resultado (A+B+C)		(9.992)	(7.956)

a) Redução de capital social pagar (passivo)

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Redução de capital social	13.671	5.621
Compensação de redução de capital social com ativo de partes relacionadas	(2.496)	(5.621)
Pagamento de redução de capital social	(7.000)	-
Saldo final	4.175	-

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia foi paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela parte relacionada Ibitu Energias Renováveis S.A.

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

12. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização.

Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	4.045	-
Constituição	-	4.238
Ajuste de remensuração	(82)	-
Depreciação - 4,76% a.a.	(193)	(193)
Saldo no final do exercício	3.770	4.045

O ativo de direito de uso é depreciado linearmente pelo menor prazo entre o período do arrendamento e a vida útil estimada do ativo subjacente.

Arrendamentos:

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	4.218	-
Constituição	-	4.238
Ajuste de remensuração	(82)	-
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	798	452
Pagamentos	(503)	(472)
Saldo no final do exercício	4.431	4.218
Saldo do passivo circulante	489	413
Saldo do passivo não circulante	3.942	3.805

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em	Menos de um ano até	Entre um e quatro anos	Após 2030
31/12/2025	31/12/2026	01/01/2027 até 12/2030	
4.431	489	1.624	2.318

13. Provisão para desmantelamento

A Companhia reconhece provisão para os custos de desmantelamento e remoção do parque eólico ao final do prazo de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, a partir de estudos de mercado, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	445	352
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 19)	212	224

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	(194)	(131)
Saldo no final do exercício	463	445

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, no montante de R\$ 58.951, encontrava-se integralizado exclusivamente pela então controladora Brise Energias Renováveis S.A.

Durante o exercício de 2024, ocorreram as seguintes movimentações:

- Em outubro de 2024, redução de capital no montante de R\$ 5.621, efetivada pela Brise, resultando em capital social de R\$ 58.951. A liquidação dessa redução de capital ocorreu com repasse de créditos de contas a receber.

Ocorreram as seguintes movimentações em 2025:

- Em 16 de abril de 2025, aporte realizado pela controladora Brise, no valor de R\$ 19.102, elevando o capital social para R\$ 78.053;
- Em maio de 2025, redução de capital no montante de R\$ 7.000, efetivada pela Brise, resultando em capital social de R\$ 71.053;
- Em 30 de junho de 2025, redução de capital no montante de R\$ 1.435, efetivada pela Brise, resultando em capital social de R\$ 69.618. A liquidação dessa redução de capital ocorreu com baixa de mútuo;
- Em setembro de 2025, nova redução de capital no montante de R\$ 1.060, efetivada pela Tupi Energias Renováveis S.A., resultando no capital social final de R\$ 68.558.
- Em dezembro de 2025, nova redução de capital no montante de R\$ 4.176, efetivada pela Tupi Energias Renováveis S.A., resultando no capital social final de R\$ 64.382.

E, em decorrência da reestruturação societária (Nota Explicativa nº 1 (a)), a partir de 30 de junho de 2025, o capital social, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passou a ser integralizado exclusivamente pela Tupi Energias Renováveis S.A., atual controladora da Companhia.

Em 31/12/2025	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Tupi Energias Renováveis S.A.	64.382.342	100%	64.382
Total	64.382.342	100%	64.382

Em 31/12/2024	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Brise Energias Renováveis S.A.	58.950.501	100%	58.951
Total	58.950.501	100%	58.951

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: **(i)** 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; **(ii)** importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	8.867	7.961
Reserva legal - 5%	443	398
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.106	1.891
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	6.318	5672

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	2025	2024
Saldo inicial	7.273	7.858
Dividendos adicionais propostos (*)	(5.673)	(6.655)
Reserva legal - 5%	443	398
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	6.318	5.672
Saldo final - Reservas de lucros	8.361	7.273

(*) Em Assembleias Gerais Ordinárias do acionista realizadas em 30 de abril de 2025 e 30 de abril de 2024, foram aprovados os pagamentos de distribuições de dividendos adicionais à conta de reserva de lucros da Companhia nos montantes de R\$ 5.673 e R\$ 6.655, respectivamente.

d) Dividendos a pagar (passivo)

	Notas	2025	2024
Saldo inicial		1.891	9.035
Dividendos adicionais propostos (Nota Explicativa nº 14 (c))	14 (c)	5.673	6.655
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (Nota Explicativa nº 14 (b))	14 (b)	2.106	1.891
Pagamento de dividendos	-	(4.328)	(15.690)
Saldo final		5.342	1.891

15. Receita operacional líquida

	Notas	2025	2024
Suprimento de energia - Terceiros	-	33.323	31.820
Suprimento de energia - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	11	9.968	3.454
Total receita bruta (Nota Explicativa nº 20)		43.291	35.274
(-) Deduções da receita bruta			
PIS		(281)	(229)
Cofins		(1.299)	(1.058)
Taxa de fiscalização		(127)	(122)
Total das deduções		(1.707)	(1.409)
Total		41.584	33.865

Impacto de constrained-off (cortes involuntários de geração)

A Companhia registrou redução em sua receita no período em análise devido aos impactos do mecanismo conhecido como “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. No período, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme a seguir:

2025		2024	
MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
23.305	5.653	11.613	2.177

(*) Informação não financeira não auditada.

Lei nº 15.269/2025 – Possibilidade de ressarcimento de curtailment

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento de valores relacionados a cortes involuntários de geração (curtailment/constrained-off).

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública nº 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do constrained-off por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento de ressarcimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 3.239 (**).

Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(**) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

16. Custos de operação

	2025	2024
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 11)	(1.951)	(2.734)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(3.101)	(2.592)
Seguros	(170)	(174)
Impostos e taxas	(20)	(13)
Ajuste de inventário	-	(49)
Recuperação de custo relacionado a arbitragem (Nota Explicativa nº 21)	868	-
Outros custos	(73)	(69)
Total	(4.447)	(5.631)

17. Compra de energia elétrica

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia incentivada, mencionado na Nota Explicativa nº 1 (c), a Companhia firmou contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e com terceiros, com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Compra de energia elétrica - terceiros	(3.650)	-
Compra de energia elétrica - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	(17.681)	(8.138)
Total compra de energia elétrica	(21.331)	(8.138)

O aumento da necessidade de aquisição de energia elétrica para o cumprimento dos contratos de venda decorre, principalmente, dos efeitos do constrained-off sobre a geração eólica da Companhia, que reduziram a energia efetivamente disponibilizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pago mensalmente às concessionárias de transmissão. Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

Exercício	Valor
2025	(1.823)
2024	(1.938)

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, a Companhia beneficia-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (*).

(*). Informação não-financeira não auditada

19. Resultado financeiro líquido

	Notas	2025	2024
Receitas financeiras			
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	891	2.121
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento	13	194	131
Outras receitas financeiras	-	-	1
Total		1.085	2.253
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	(628)	(2.355)
Comissões e fianças bancárias	-	(41)	(77)
IOF, taxas e tarifas bancárias	-	(19)	(36)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos	12	(798)	(452)
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação	-	(19)	(28)
Atualização financeira sobre passivo de licença ambiental de operação	-	(6)	-
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	13	(212)	(224)
Atualização financeira sobre financiamentos - TJLP	10	(154)	(243)
Custo de captação de financiamentos	10	(18)	(53)
Outras despesas financeiras	-	(2)	(1)
Total		(1.897)	(3.469)
Resultado financeiro líquido		(812)	(1.216)

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes

	%	2025	2024
Receita bruta (Nota Explicativa nº 15)	-	43.291	35.274
Total receita bruta		43.291	35.274
IRPJ			
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ	-	3.463	2.822
Alíquota nominal	15%	(519)	(423)
Alíquota adicional	10%	(322)	(258)
Total IR sobre receita bruta		(841)	(681)
Base receita financeira (regime de caixa)	-	1.233	2.287
Outras receitas	-	-	1
Alíquota nominal	15%	(185)	(343)
Alíquota adicional	10%	(123)	(229)
Total IR sobre receita financeira	-	(308)	(572)
Total final IR a pagar		(1.149)	(1.253)
Total receita bruta		43.291	35.274
CSLL			
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL	-	5.195	4.233
Alíquota	9%	(468)	(381)
Total CSLL sobre receita bruta		(468)	(381)
Base receita financeira (regime de caixa)	-	1.233	2.287
Outras receitas	-	-	1
Alíquota	9%	(111)	(206)
Total CSLL sobre receita financeira		(111)	(206)
Total final CSLL a pagar		(579)	(587)
Total final IR/CSLL a pagar		(1.728)	(1.840)

21. Provisão para contingências

A Companhia avalia periodicamente suas demandas judiciais e administrativas, com o apoio de assessores jurídicos externos, classificando-as conforme a probabilidade de perda (provável, possível ou remota), em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Provisões são constituídas apenas quando a perda é avaliada como provável, há uma obrigação presente decorrente de evento passado e o valor pode ser estimado com razoável confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas provisões para demandas judiciais ou administrativas, uma vez que não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos nos quais a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, avalia a probabilidade de perda como possível. Nesses casos, não foram constituídas provisões.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro:

Resumo do processo	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Auto de infração relacionado à emissão do DAPR/D						
Declaração de Atendimento aos Requisitos dos						
Procedimentos de Rede Definitiva	Regulatório	Administrativa	-	-	1	R\$56
Procedimento arbitral - Pedido contraposto (**)	Arbitragem	Arbitragem	-	-	1	R\$31.156
Indenização referente ao impacto da linha de transmissão sobre propriedade de terceiro	Imobiliário	Judicial	1	R\$2	1	R\$1
Auto de infração por alegadas não-conformidades relacionadas ao evento "apagão" de 15 de agosto de 2024	Regulatório	Administrativo	1	Sem valor atribuído (*)	1	Sem valor atribuído (*)
Desonerar associados da ABRACEEL dos efeitos de decisões judiciais proferidas em processos de terceiros relacionados a GSF	Regulatório	Judicial	1	Sem valor atribuído (*)	1	R\$373
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	1	R\$ 368	-	-
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	3	Sem valor atribuído (*)	3	Sem valor atribuído (*)

(*) Processos sem valor econômico envolvido.

(**) Procedimento arbitral – Pedido contraposto

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Ibitu, iniciou um procedimento arbitral contra um fornecedor, buscando o pagamento de danos, multas e indenizações, em montante superior ao da demanda contraposta. Em 17 de junho de 2025, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável, resultando no recebimento final, em 23 de setembro de 2025, de indenização de R\$ 4.175 e na baixa de passivo relacionado ao fornecedor de R\$ 868 (Nota Explicativa nº 16).

22. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de inadimplência por contrapartes, impactando as receitas da Companhia. Esse risco é gerenciado pela controladora.

Para 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia da usina será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas e gerando necessidade de compra de energia. A Companhia mitiga esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e/ou liquidez suficiente.

A seguir são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano - Até 31/12/2026	Entre 01/01/2027 e 31/12/2030	Após 2030
Fornecedores	2.618	2.618	-	-
Total	2.618	2.618	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iv) Risco de taxa de juros

Até 16 de abril de 2025, a Companhia estava exposta ao risco de variação da TJLP no financiamento junto ao BNDES (quitado antecipadamente nessa data – vide Nota Explicativa nº 10). Após a quitação, não há exposição relevante a risco de taxa de juros em instrumentos financeiros.

v) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

vi) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	11	15	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	9.439	9.837	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	2.555	2.846	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	279	2	Valor justo por meio do resultado
Despesas pagas antecipadamente	45	46	-	Custo amortizado
Total	12.050	13.023		
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	1.857	2	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	2.269	3.594	-	Custo amortizado
Total	2.269	5.451		
Total ativos financeiros	14.319	18.474		

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Passivos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Fornecedores	2.618	440	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	3.968	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	5.342	1.891	-	Custo amortizado
Arrendamentos	489	413	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	111	104	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	4.175	-	-	Custo amortizado
Total	12.735	6.816		
Não circulante				
Fornecedores	-	860	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	23.267	-	Custo amortizado
Arrendamentos	3.942	3.805	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	91	140	-	Custo amortizado
Total	4.033	28.072		
Total passivos financeiros	16.768	34.888		

Todos os instrumentos são classificados ao custo amortizado, exceto aplicações financeiras e cauções vinculadas (valor justo por meio do resultado). A hierarquia de valor justo segue o CPC 46: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

vii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025	2024
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	9.450	9.852
Total	9.450	9.852

viii) Financiamentos

Até a quitação antecipada em 16 de abril de 2025, os financiamentos estavam sujeitos a taxas usuais de mercado (TJLP + *spread*). Após a liquidação, não há exposição a financiamentos de terceiros.

ix) Garantias concedidas

No âmbito da 1ª Emissão de Debêntures da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Emissora”), a Companhia concedeu as seguintes garantias reais de primeiro grau em favor da comunhão dos debenturistas, representados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, consistentes em:

- Alienação fiduciária de seus equipamentos nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva e outras avenças celebrado em 18 março de 2025 e registrado sob nº 1.453.090;
- Cessão fiduciária de seus direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica e demais recebíveis da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.093;
- Anuência à alienação fiduciária da totalidade de suas ações detidas pela Tupi Energias Renováveis S.A., nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.092;

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As garantias foram constituídas sob condição suspensiva e destinam-se a assegurar o pagamento integral das obrigações da emissão. Os bens e direitos gravados permanecem na posse direta da Companhia para uso operacional normal, não havendo, até a presente data, eventos de vencimento antecipado que impliquem execução.

b) Riscos regulatórios

A atividade da Companhia está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro *Directors and Officers* (D&O) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos materiais, quebra de máquinas/danos elétricos e outros	100.000	Até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000	Até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	120.000	Até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Central Geradora Eólica Anemoi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			31/12/2025
			Adição ou transferência	Apropriação	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	27.235	(28.390)	172	355	628	-
Dividendos a pagar	1.891	(4.328)	7.779	-	-	5.342
Total	29.126	(32.718)	7.951	355	628	5.342

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			31/12/2024
			Adição ou transferência	Apropriação	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	30.867	(6.283)	-	53	2.598	27.235
Dividendos a pagar	9.035	(15.690)	8.546	-	-	1.891
Total	39.902	(21.973)	8.546	53	2.598	29.126

25. Eventos subsequentes

Em 9 de fevereiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões, trezentos mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. A redução será realizada mediante o cancelamento de 3.300.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nos termos do § 1º do art. 174 da Lei no 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), a redução do capital social somente se tornará eficaz após o decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da ata da assembleia que a aprovou, desde que não haja oposição de credores quirografários e cumpridas as demais formalidades legais. Uma vez efetivada a redução, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 64.382.342,59 (sessenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 61.082.342,59 (sessenta e um milhões, oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

O montante total da redução será restituído à acionista da Companhia em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária.

* * *